

Caixa já liberou R\$ 1,8 bi em consignado do Auxílio**CONSIGNADO DO AUXÍLIO BRASIL****R\$ 1,8 BI EM UMA SEMANA**

Caixa libera recurso a 700 mil. Idec vê queixas em série de falhas e infrações no novo crédito



Reclamações. Idec já mapeou duas mil queixas em poucos dias relacionadas ao crédito consignado a beneficiários do Auxílio Brasil: problema em aplicativos, oferta de empréstimo e seguro embutido no valor

GERALDA DOCA
E MANOEL VENTURA
economista@globo.com.br
escola

Em uma semana, a Caixa Econômica Federal liberou R\$ 1,8 bilhão em empréstimos consignados a 700 mil beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), informou o banco. A medida é vista como um dos triunfos eleitorais de Jair Bolsonaro (PL). Mas entidades de defesa do consumidor relatam uma série de reclamações e denúncias: segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), foram ao menos duas mil queixas, que vão de venda casada com seguro a ligações ao consumidor para ofertar o consignado — o que foi vedado nas normas do crédito.

O valor médio por operação ficou em torno de R\$ 2.600, afirmou a presidente da Caixa, Daniella Marques. O empréstimo do Auxílio Brasil tem taxa de juros de 3,45% ao

mês, 0,05 ponto percentual abaixo do teto fixado pelo governo, e prazo de até 24 meses. Por ano, a taxa de juros é de 50,23%. Com as condições da Caixa, um empréstimo pode chegar a R\$ 2.582. Com isso, ao longo do contrato, o tomador terá pago R\$ 3.840.

A taxa de juros a beneficiários do Auxílio Brasil é maior do que a do consignado de aposentados e pensionistas do INSS, de até 2,14% ao mês. Quem pega empréstimos R\$ 2.582 no consignado do INSS paga R\$ 3.328,56 ao fim de 24 meses, diferença de R\$ 511,44 em relação ao valor da Caixa na linha do Auxílio Brasil.

— No universo das 21 milhões de famílias (com Auxílio Brasil), mais de 80% são chefiadas por mulheres. É o vendedor ou vendedora de pipoca na frente da escola que quer trocar o pneu da carrocinha, a pessoa que quer comprar uma bicicleta para fazer entrega — afirmou a presidente da Caixa. Enquanto os primeiros dias

de vigência do crédito mostraram volume bilionário de liberação de recursos, os problemas já se avolumam:

— Nunca vi tanta reclamação — disse a economista do Idec Ione Amorim. — As pessoas estão cegas atrás desse dinheiro fácil. A exigida educação financeira não está funcionando. As pessoas estão pegando o limite, no prazo limite de pagamento de 24 meses. Não se preocupam em tomar um valor menor, em comprometer menos a renda e pagar em um prazo mais curto com juros menores.

VENDA CASADA E FALHAS

Entre as duas mil reclamações, há queixas de falhas nos aplicativos das instituições financeiras, problemas no prazo para a liberação do dinheiro, pedidos negados sem explicação e venda casada com seguro prestamista (que busca garantir o pagamento da prestação). Também foram detectadas ligações para os consumidores pa-

ra ofertar o empréstimo e prazo de carência no pagamento da primeira prestação superior a 30 dias, o que foi vedado.

Há denúncias do Idec registradas contra Caixa, Banco Pan e a fintech Meutudo. Assim que consolidar os dados, o Idec pretende acionar os ministérios da Cidadania e da Justiça e o Banco Central, além do Ministério Público.

Especialistas consideram arriscada a modalidade porque essa população já tem renda comprometida com gastos essenciais. O benefício está em R\$ 600 mensais, mas este valor só é garantido até dezembro: a partir de janeiro, segundo a diretriz do Orçamento, ele cairá para R\$ 400. As duas campanhas presidenciais, de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro, prometem que vão manter o patamar atual em 2023, mas não apresentaram, até o momento, a solução fiscal para isso.

Na Caixa, há relato de um beneficiário que, junto com o

rulli reforça a avaliação, lembrando que a oferta de crédito nesse caso representa risco ao superendividamento das famílias:

— O benefício deveria garantir a sobrevivência.

Em nota, a Caixa diz que “cumprir rigorosamente a regulamentação” do consignado do Auxílio Brasil. “Ratificamos ainda que o banco repudia a prática de venda casada e possui estrito Código de Ética que orienta a atuação de toda sua rede de atendimento no sentido de prestar informações corretas aos clientes, respeitando seus direitos de consumidores”, mas diz que há disponibilidade de contratação do seguro prestamista pelo Caixa Tem, no qual são informadas as opções “com seguro” e “sem seguro”. “Toda a jornada de contratação no canal usa linguagem simples e usabilidade simplificada, de forma a garantir melhor compreensão por parte do público, em grande parte, vulnerável”, diz.

O Idec detectou relatos de ligações de correspondentes bancários para potenciais interessados, que teriam como base dados de pré-cadastro do banco Pan. Para o Idec, o quadro caracteriza assédio. O banco nega irregularidades. “O Pan informa que cumpre rigorosamente as determinações da Portaria que regulamentou o tema, bem como notificou oficialmente todos os seus parceiros sobre os procedimentos da regulamentação”, informou em nota.

A assessoria do Ministério da Cidadania afirmou que não tem conhecimento das denúncias, mas que eventuais irregularidades serão investigadas.

No caso do Meutudo, que opera só digitalmente, as queixas tratam de problemas na interface, fazendo com que o beneficiário veja uma tela de aprovação, mesmo tendo ao fim do processo o crédito negado. A fintech Meutudo não respondeu após o fechamento desta edição.

O monitoramento do Idec foi feito entre os dias 11 e 17.



“As pessoas estão cegas atrás desse dinheiro fácil. A exigida educação financeira não está funcionando”

— Ione Amorim, economista do Idec

empréstimo, contratou, sem saber, o seguro prestamista. O Idec diz que os consumidores são induzidos, pois não há explicações sobre a diferença de valor com e sem esse produto.

Para Miguel Ribeiro de Oliveira, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças (Anefac), os problemas eram esperados, inclusive a venda casada, o que é proibido:

— Venda casada é proibida em qualquer hipótese e, neste caso, a garantia é o próprio benefício. Não tem que cobrar seguro algum.

O advogado Diego Che-

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15